

POSITIVISMO E MISSÃO CIVILIZADORA NA GAZETA MUSICAL (RIO DE JANEIRO, 1891–1893)

Clarissa L. Bomfim Andrade

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Mestrado em Música / Documentação e História da Música brasileira e ibero-americana

SIMPOM: Subárea de Musicologia

Resumo: Este artigo contém os principais resultados de minha dissertação de Mestrado intitulada “A *Gazeta Musical* (Rio de Janeiro, 1891-1893): missão civilizadora e Positivismo nos primeiros anos da República no Brasil”, defendida em 30 de março de 2012 na Escola de Música da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Este trabalho consistiu em uma análise crítica dos textos do periódico fluminense *Gazeta Musical*, relacionando as ideias de seus colaboradores com o pensamento republicano positivista comtiano em voga no Brasil do final do século XIX. A *Gazeta Musical* (1891-1893), embora seu proprietário e colaboradores negassem, estava fortemente vinculada ao Instituto Nacional de Música, órgão oficial de ensino musical do governo republicano recém-instaurado, onde trabalhavam como professores ou em cargos da diretoria. Por isso, os artigos da *Gazeta Musical* são relevantes para a compreensão do pensamento dessa elite musical fluminense que, ao assumir o Instituto Nacional de Música, criou diversos projetos musicais como parte da missão civilizadora da qual se incumbiram os intelectuais brasileiros daquele período.

Palavras-chave: música brasileira; século XIX; República; Positivismo; nacionalismo.

Abstract: This article contains the main results of my dissertation "Gazeta Musical (Rio de Janeiro, 1891-1893): civilizing mission and Positivism in the early years of the Republic in Brazil", defended in March 30, 2012 at the Music School of the Federal University of Rio de Janeiro. This work consisted of a critical analysis of *Gazeta Musical*, relating the ideas of its columnists with the Comte's positivism Republican thought in Brazil in the late 19th century. Although denied by its owner and columnists, *Gazeta Musical* (1891-1893) was strongly linked to the National Institute of Music, the official organ of musical education of newly established Republican government, where they worked. Therefore, the *Gazeta Musical*'s articles are relevant to understanding the thought of this musical elite, who directed the National Institute of Music, and created several musical projects as part of the civilizing mission in which the Brazilian intellectuals of that period believed.

Keywords: Brazilian music; 19th century; Republic; Positivism; Nationalism.

Em minha dissertação de Mestrado – “A *Gazeta Musical* (Rio de Janeiro, 1891-1893): positivismo e missão civilizadora nos primeiros anos da República no Brasil” – realizei um estudo crítico dos textos desse periódico, a partir do quadro interpretativo proposto por VOLPE (2001).

O trabalho dividiu-se em três capítulos, abrangendo uma boa quantidade dos textos do periódico, sobretudo daqueles escritos por articulistas brasileiros, ou radicados no País. As traduções de artigos estrangeiros que a *Gazeta Musical* contém, serviram, na maior parte das vezes, como exemplo da importância do ideário francês no pensamento dos intelectuais ligados à música nos primeiros anos da República brasileira.

No primeiro capítulo de minha dissertação, apresento o periódico, os seus principais colaboradores e os vínculos que a *Gazeta Musical* manteve com o Instituto Nacional de Música, escola oficial do ensino da música no governo republicano recém-instaurado. Esses vínculos se devem ao fato de o proprietário da *Gazeta Musical* – Fertin de Vasconcellos – e seu redator principal – Ignacio Porto-Alegre – serem também professores contratados por Leopoldo Miguéz a partir de 1890, quando o antigo Conservatório de Música do Império transformou-se no Instituto Nacional de Música¹. Outros colaboradores do periódico também se vinculavam ao Instituto, ou por manterem um bom relacionamento com o então diretor Leopoldo Miguéz, ou por exercerem cargos tanto em secretarias do governo republicano, como no próprio Instituto. Reunindo o bom relacionamento com Miguéz e a ocupação de cargos relevantes dentro do regime republicano, encontramos um dos principais colaboradores da *Gazeta Musical*, Eduardo de Borja Reis:

De todo o pessoal administrativo recebi as mais extremadas provas de dedicação e amizade [...] devendo notar-vos muito especialmente o interesse extraordinario que pelo desenvolvimento e progresso deste Instituto sempre demonstrou o incansavel secretario, o Sr. Eduardo de Borja Reis. (relatório de Miguéz dirigido ao “Ministro”; *Gazeta Musical*, 1892, nº 19, p. 293).

Borja Reis (ou B. R., como ele assinava os seus artigos) exercia, portanto, o cargo de Primeiro Secretário do Instituto Nacional de Música e aproveitou a publicação da *Gazeta Musical* para divulgar ideias e os projetos que as viabilizariam, através das atividades do Instituto Nacional. Seus artigos demonstram uma grande preocupação com a formação de opinião dos leitores do periódico.

B. R. aparece como colaborador da *Gazeta Musical* desde o número 3 de 1891, com o artigo “Contestação”, no qual comenta um artigo publicado no Jornal do Brasil, já demonstrando ser um crítico polêmico. Nesse artigo, expõe as suas ideias estéticas e de educação musical, onde afirma que as artes influenciam o meio e são imprescindíveis à evolução e progresso de uma sociedade.

As ideias estéticas e educacionais expostas por B. R. na *Gazeta Musical* deveriam nortear o Instituto Nacional de Música e se ligavam intimamente às suas crenças republicanas, como podemos confirmar à medida em que os textos de B. R. vão ganhando cada vez mais destaque nos números seguintes do periódico.

É o caso de sua coluna intitulada “A Música no Brasil”, onde B. R. apresenta os tópicos sobre os quais escreverá: “características da música brasileira”, “tendências para a

¹ O Instituto Nacional de Música é, atualmente, a Escola de Música da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

nacionalização da nossa música”, ”indiferença monárquica pelas belas artes e auxílio prestado a elas pelo governo da República”.

B. R. preocupa-se em investigar o descaso pelas belas artes dos governos anteriores ao republicano, atribuindo-o à colonização portuguesa. Para ele, Portugal estava demasiadamente interessado em atividades mercantis e de exploração da terra para poder seguir o exemplo de nações como a Itália e a França no campo das artes. Ele acreditava que o progresso de uma nação estava sempre vinculado ao seu desenvolvimento artístico, sendo as artes o parâmetro pelo qual se poderia medir o grau de civilização de um país. Segundo ele, o brasileiro era um artista nato pelas influências do clima, da natureza, do cruzamento das raças e por uma propensão natural à poesia. (*Gazeta Musical*, 1891, nº 7, p. 6).

B. R. afirmava que a música europeia importada para cá “desencontradamente”, sem escolas, se unira às toadas africanas e aos cantos primitivos da música indígena para formar uma feição característica do nosso povo e que, com o passar do tempo, “faria uma escola com um cunho muito particular de originalidade e de brasileirismo”. (*Gazeta Musical*, 1891, nº 7, p. 6-7).

Ele admitia que a música brasileira estava ainda caminhando para encontrar sua linguagem própria, devido ao completo descaso de nossos governos monárquicos. Ajudar neste processo era a grande tarefa da elite musical republicana da qual B. R. fazia parte, e que dirigia o Instituto Nacional de Música. Para que isso ocorresse, era importante o estudo sistemático do folclore nacional, assim como o estudo dos grandes mestres europeus: “[...] depois que tivermos [...] imitado todos os mestres, italianos ou alemães, latinos ou saxões, havemos de emancipar-nos deste cativo e criaremos, talvez, um estilo todo nosso, uma música perfeitamente acentuada, que não se confundirá com a dos outros povos”. (*Gazeta Musical*, 1891, nº 7, p. 7).

B. R. deixa transparecer a sua visão de qual seria a tendência mais marcante de brasileirismo na música:

Mas, observando um pouco, nós vemos que a melodia italiana e a canção popular do norte da Europa, com todo o seu cunho de tristeza são as que mais se coadunam com o temperamento da massa geral do nosso povo. Em que pese aos apologistas da inovação, aos anti-melódicos, a nossa tendência é pela música sentida, plangente, parecida com a que nos embalou no berço. É uma questão de estética do povo, que não pode modificar de forma alguma a sua maneira de sentir, a sua forma de ver o belo. (*Gazeta Musical*, 1891, nº 7, p. 7).

Afirma que o estilo da música brasileira do futuro, de nossa individualidade artística seria constituído pelas audácias de nossos artistas ligadas à tristeza natural de nossa melodia e à indolência originada pelo nosso clima. Ele não poderia prever quando chegaria essa época

de nacionalização para a nossa música, mas o advento da República já estava criando as bases para tal acontecimento por meio da ação do Instituto Nacional de Música. (*Gazeta Musical*, 1891, nº 7, p. 8).

Ideias cosmopolitas de refinamento artístico como parâmetro para o progresso de uma nação unem-se às ideias republicanas de B. R., conforme vemos em frases como: “As conquistas de liberdade pública são conquistas no campo da Arte”; ou “A expansão de liberdades públicas revela-se pelas concepções artísticas, e Miguéz não se manifestaria grandioso no seu poema sinfônico Ave Libertas! sob um regime hipócrita de monarquia religiosa.” (*Gazeta Musical*, 1891, nº 7, p 8).

B. R. será um autor desfavorável ao wagnerismo, se este fosse visto como uma opção estética oposta ao “brasileirismo” proposto por ele. (*Gazeta Musical*, 1892, nº 14: p. 209–212) Revolta-se com o desprezo que schumanianos, mozartianos e wagnerianos tem pela “autêntica” música popular urbana – onde ele inclui as serestas e as modinhas e autores como Domingo Alves e Antonio da Silva Callado – e afirma que é preciso “ser brasileiro antes de ser wagneriano e alemão”. Esse brasileiro deveria aliar-se a uma linguagem musical moderna, como fazia o compositor paulista Alexandre Levy. (*Gazeta Musical*, 1892, nº 14, p. 210–211)

A França é uma referência constante na maioria dos artigos da *Gazeta Musical*, para a solução de problemas estéticos, de organização das instituições musicais como escolas, bandas e orquestras, ou para problemas técnicos específicos de cada área (composição e interpretação, por exemplo). A política cultural da França também era, para a *Gazeta Musical*, exemplo a ser seguido pelo governo brasileiro.

Pela importância que o ideário francês desempenhou no pensamento dos colaboradores da *Gazeta Musical*, dediquei o segundo capítulo de minha dissertação à relação entre esse ideário – com destaque para a linha positivista comtiana, muito cara aos republicanos brasileiros no começo da década de 1890 – e a escolha de determinadas posturas estéticas musicais. Frequentemente, a música é associada a ideias científicas da época, como o evolucionismo social, o mesologismo e as teorias raciais². Portanto, o papel que a educação musical desempenharia em sentido amplo, ou seja, não apenas restrito ao aprendizado de um instrumento, seria o de uma ferramenta útil ao progresso do País. Denominada “ciência musical” em muitos dos artigos da *Gazeta Musical*, a música elevaria o Brasil ao “grau de civilidade” das principais nações europeias; disso decorre a utilização de uma linguagem

² Para uma melhor compreensão das relações entre música, evolucionismo, mesologismo e teorias raciais, ver VOLPE (2001)

“científica” ligada principalmente às ciências naturais, em muitas das críticas musicais desse periódico, como demonstra o exemplo abaixo:

Nas composições de Wagner, porém, esse princípio sintomático de uma individualidade é tão forte que poderíamos, materializando-o no seu modo de ser, chamá-lo a rede nervosa que liga com seus inúmeros tentáculos as moléculas que constituem um organismo no seu mais perfeito equilíbrio funcional. (*Gazeta Musical*, 1893, nº 10, p. 148–151).

Aqueles que até hoje [...] acreditam que Bach, Haydn e Mozart são inimitáveis e inexcedíveis, não compreendendo que o valor desses grandes artistas está subordinado a um critério aferido que se baseia em uma relatividade de meio, de tempo e de processos adotados, esses é que não podem, pelo seu atrasamento intelectual, [...] descortinar os vastíssimos horizontes que [Wagner] rasgou aos nossos olhares [...] (*Gazeta Musical*, 1893, nº 10, p. 145–146).

Para uma melhor compreensão das relações entre música e ciência que os colaboradores da *Gazeta Musical* estabeleceram muitas vezes em seus artigos, é necessário lembrar que no Brasil do final do século XIX o positivismo comtiano era uma corrente de pensamento muito difundida entre nossos intelectuais e cientistas.

Faz-se necessário aqui uma explicação, em linhas gerais, da corrente positivista comtiana.

O positivismo de Comte teve duas fases distintas: o positivismo científico e o positivismo religioso. O positivismo científico de Comte consistia em um sistema científico que identificava todo o conhecimento humano com as ciências experimentais, excluindo, portanto, a metafísica. Uma das principais características do positivismo científico de Comte seria a identificação do conhecimento com as ciências e a ideia de que as humanidades tem basicamente os mesmos fins e métodos das ciências naturais. (GIEDYMIN, 1975, p. 276) Vinte anos antes de sua morte, Comte cria uma religião denominada Religião da Humanidade, fundamentada no sistema científico que desenvolvera anteriormente.

Essa mistura entre ciência e religião surge em alguns textos da *Gazeta Musical*, onde ideias científicas servem de base a um sentimento de religiosidade, conforme o exemplo abaixo:

A evolução existe sempre latente, no campo da arte e nas conquistas da ciência; os gênios, os criadores são encarregados apenas de a impulsionar, servindo-lhe de arautos, de verdadeiros e poderosos agentes dessa força misteriosa e contínua, que preside aos destinos da humanidade. (BORJA REIS, *Gazeta Musical*, 1891, nº 3, p. 5).

O aspecto religioso encontrado nessa segunda fase do positivismo comtiano (Religião da Humanidade), une-se ao civismo, caracterizando a religião de Comte como uma “religião laica”. Inspirado em ideais iluministas vinculados à Revolução Francesa, Comte

ressaltou o amor à Pátria como um primeiro estágio pelo qual a Humanidade deveria passar, a fim de, gradualmente, por meio da evolução, atingir um estado de total amor ao próximo, e irmandade entre todos os povos, objetivo máximo de sua religião. Os heróis de cada Pátria deveriam ser cultuados por seus compatriotas como verdadeiros santos³.

Ao lado do civismo, a religião de Comte colocou o sentimento acima da razão. Comte considerava que o sentimento caracterizava as artes, a mulher, a raça negra e os povos americanos, enquanto a razão era a qualidade inerente às ciências, ao homem, à raça branca e aos europeus. A centralização do poder nas mãos de um líder ditador e competente é outra importante característica do positivismo religioso, ao lado da “inclusão do proletariado à sociedade”, que significava a valorização do trabalho e da cultura das classes mais baixas por toda a sociedade.

Os intelectuais positivistas tinham a missão de educar o povo (missão civilizadora), maneira pela qual uma sociedade atingiria graus de civilização cada vez mais altos, até que a Humanidade alcançasse a sua perfeição social.

A missão “musical” civilizadora (ou educação do gosto musical do povo) e o desejo de institucionalização da música demonstrados pelos colaboradores da *Gazeta Musical* são abordados no terceiro e último capítulo de minha dissertação. Mais uma vez, estabeleço um paralelo entre as características da Religião da Humanidade e as ideias aplicadas às atividades musicais propostas, sobretudo por B. R., nesse periódico. Dessa forma, o projeto do canto orfeônico nas escolas primárias, de autoria de B. R. (ao menos nas páginas da *Gazeta Musical*), estaria ligado à missão civilizadora; a valorização dos gêneros populares urbanos, à inclusão do proletariado na sociedade; a defesa da formação de uma escola de composição nacional com o uso de elementos do folclore, o canto em língua portuguesa e as relações que estabelecia entre música, moral e Pátria, se relacionariam com o patriotismo comtiano.

As ideias e alegorias positivistas eram tão marcantes naquele final de século no Rio de Janeiro, que B. R. não hesitou em criar, em moldes positivistas, uma trindade artística de mártires do nosso País⁴.

Com relação à institucionalização da música, havia uma forte preocupação, principalmente nos artigos de B. R., com a criação de uma orquestra do Instituto Nacional e de orquestras municipais. As orquestras municipais, além de formar instrumentistas,

³ Ver CARVALHO, [1990], 2009.

⁴ A trindade cívica de mártires do Brasil, criada pelos positivistas, é formada por Tiradentes, José Bonifácio e Benjamin Constant. Ver CARVALHO ([1990] 2009) e Folhetos da Igreja Positivista do Rio de Janeiro. A trindade artística de “mártires” brasileiros de B. R. é formada por Rodolfo Bernardelli, Leopoldo Miguéz e Alexandre Levi. (*Gazeta Musical*, 1892, nº 4).

ajudariam os compositores a reunir os elementos folclóricos próprios de cada região do Brasil, contribuindo para a síntese de uma música nacional. (*Gazeta Musical*, 1891, nº 9, p. 2)

Sempre pensando no máximo aproveitamento da “acentuada aptidão musical de nosso povo” e na urgência de se conseguir a nacionalização de nossa música e o bom gosto musical do povo, B. R. insiste no projeto de organização das bandas militares de autoria de Leopoldo Miguéz, proposto ao Exército. Estas levariam a todos os pontos do país o estímulo musical, sendo as melhores propagandistas “dos trabalhos de vulto de artistas nacionais e estrangeiros”, modificando o gosto do público, e desempenhando a sua função educacional⁵.

O Instituto Nacional de Música seria o “quartel general” da institucionalização da música no Brasil, servindo de modelo para os outros Estados, promovendo concertos populares, divulgando o repertório de compositores nacionais de “mérito”, controlando o repertório que as bandas militares reformadas tocariam nos recantos mais longínquos do País, dando as bases para a formação de uma música “autêntica” nacional e controlando o ensino da música nas escolas primárias. O ensino da música seria um importante fator de cristalização de valores morais e cívicos que contribuiriam para a consolidação do regime republicano brasileiro.

Assim, B. R. propõe o projeto do canto orfeônico nas escolas primárias, ao qual se dedicará em sua coluna intitulada “O Canto Choral”, escrita entre 1892 e 1893 na *Gazeta Musical*. B. R. faz uma intensa campanha pelo canto em português e pelo uso de melodias e ritmos do folclore brasileiro como base do orfeão. (*Gazeta Musical*, 1892, nº 20, p. 307). Além disso, propõe que grandes compositores e poetas nacionais escrevessem música e letras patrióticas para o orfeão, a fim de incutir nas crianças, em sua mais tenra idade, o amor pela Pátria. (*Gazeta Musical*, 1892, nº 15, p. 229).

Por fim, vale a pena citar um trecho de um dos artigos de B. R., no qual o autor demonstra a sua preocupação em colocar em prática o orfeão brasileiro sob a orientação do Instituto Nacional de Música:

[...] vejamos qual o meio prático de criarmos o *orpheon* brasileiro tão necessário, como temos dito, ao desenvolvimento de nosso gosto musical, à educação artística de nosso povo, à moralização das camadas inferiores de nossa sociedade. [...] No Brasil há três pontos onde se podia criar o nosso *orpheon* brasileiro: a Capital Federal, S. Paulo e o Rio Grande do Sul. S. Paulo, pelo seu elemento estrangeiro e o Rio Grande, pelo mesmo motivo, correm o risco de implantar o *orpheon* italiano ou alemão em vez do brasileiro [...] Na Capital Federal, não. O elemento estrangeiro é o português e esse é refratário à música em geral e ao canto coral

⁵ A função educacional é a principal ferramenta utilizada para civilizar o país. B. R. declara: “Na velha Europa ha o maior cuidado na organização de boas musicas militares, por isso que os governos de lá compreendem, e bem, qual é a missão civilizadora dessas bandas.” (*GM*, 1891, nº 9, p. 3).

especialmente. / Aqui temos [...] a influência benéfica do Instituto de Musica [...] / Não cessaremos porém de dizer: cantemos em português e com música apropriada ao nosso temperamento musical [...] (*Gazeta Musical*, 1892, nº 20, p. 305-307).

Conclusões da Pesquisa

A *Gazeta Musical* (1891-1893) foi um periódico panfletário do Instituto Nacional de Música, embora negasse isso em diversos de seus artigos. Quando acusada de proteger apenas aqueles que de alguma forma se ligavam ao Instituto ou que concordavam absolutamente com todas as suas ações, a *Gazeta Musical* defendia-se alegando que seu compromisso era com a verdade e que o Instituto Nacional revelava-se um órgão acima de qualquer suspeita, gerido por diretores competentes e justos. Foi um periódico de linha republicana, em sintonia com os ideais de modernidade, refinamento, civilização, nacionalismo e patriotismo, tão caros à época.

Na *Gazeta Musical* o wagnerismo aparece como símbolo de modernidade musical, embora o periódico também contenha artigos anti-wagnerianos e opiniões contrárias à música alemã, prolongando as discussões que ocorriam em periódicos estrangeiros, sobretudo franceses. A França é o principal modelo europeu citado na *Gazeta Musical* e muitas das posturas estéticas defendidas em suas páginas podem ser relacionadas com ideias republicanas da linha positivista comtiana, que fazem parte do ideário francês.

Ao Instituto Nacional de Música cabia a formação de músicos profissionais; a definição de bases para uma escola de composição nacional; a missão de educar o gosto musical do povo (através da criação de uma orquestra modelo no Instituto, da reforma das bandas militares e da realização de concertos sinfônicos); e o controle e supervisão do ensino de música nas escolas primárias.

A análise crítica dos textos da *Gazeta Musical* foi importante na recuperação da memória de intelectuais que exerceram destacada influência sobre o meio musical fluminense nos primeiros anos da República no Brasil. Apesar de esquecidos posteriormente, estes intelectuais tiveram seus projetos e ideias postas em prática quase meio século depois, caso do projeto de canto orfeônico nas escolas primárias, proposto por Borja Reis em 1892, muito semelhante ao projeto orfeônico de Villa-Lobos durante o governo de Getúlio Vargas.

O pioneirismo de Eduardo de Borja Reis, colaborador da *Gazeta Musical* e Primeiro Secretário do Instituto Nacional de Música nos primeiros anos da República, não se restringiu ao projeto de canto orfeônico: ao defender gêneros e compositores da música popular urbana, ofereceu respaldo intelectual que antecede em algumas décadas, a atitudes semelhantes

assumidas por Alberto Nepomuceno – com relação a Catulo da Paixão Cearense – e Luciano Gallet – com relação a Ernesto Nazareth – dentro do próprio Instituto Nacional de Música, no início do século XX.

Referências

- BOMFIM ANDRADE, Clarissa L. *A Gazeta Musical (Rio de Janeiro, 1891-1893): Positivismo e missão civilizadora nos primeiros anos da República no Brasil*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ: Escola de Música, 2012.
- CARVALHO, José Murilo de. *A Formação das Almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, [1990] 2009.
- GIEDYMIN, Jerzy. *Antipositivism in Contemporary Philosophy of Social Science and Humanities*. *The British Journal for the Philosophy of Science*, vol. 26, nº 4, 1975, p. 275–301. Oxford University Press. Disponível em <http://www.jstor.org/stable/686676>.
- VOLPE, Maria Alice. *Indianismo and landscape in the Brazilian age of progress: art music from Carlos Gomes to Villa-Lobos, 1870s-1930s*. Austin: The University of Texas at Austin, 2001.

Periódicos

Gazeta Musical. Rio de Janeiro: Alfredo Fertin de Vasconcellos, 189–1893.

O Paiz. Rio de Janeiro, 1º de maio de 1896.

Folhetos da Igreja Positivista do Brasil. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Rio de Janeiro.